

Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Culturas e história dos povos indígenas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]
/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-366-8

DOI 10.22533/at.ed.668201609

1. Etnologia. 2. Povos indígenas – História. I. Pereira,
Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 980.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Há, na construção tradição narrativa da realidade brasileira, ou do “Mito fundador” como chamou a Marilena Chauí, um lugar constante para as culturas e povos indígenas. Um lugar passivo, esquecido, padrão como toda tradição inventada: em que o real não ocupa tanto espaço quanto o que se espera ser: um indígena que não ocupa os dias atuais, mas pertencem a dias esquecidos como influência.

Não é assim, por mais força que essa imagem tenha no senso comum, que os povos indígenas ocupam seus espaços e lutam por direitos, reconhecimento e conhecimento nos dias atuais. De fato, a própria ideia de “indígena» pode acabar por mascarar a realidade dos grupos e povos e identidades diversas que nos cabem no Brasil. Em todos os continentes, os povos indígenas permanecem enfrentando massiva discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. Por isso é extremamente importante a reflexão proposta sobre esse tema. Na tentativa de avançar na desconstrução desse espaço imaginário do indígena mítico, que tem que ser substituído pelo reconhecimento de suas culturas ricas e diversas e de sua luta incessante. Essa cultura vasta e diversificada.

Disponos no Brasil de uma miríade de culturas e saberes, realidades materiais e imateriais. Tomar como objeto, significa, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha (1998) – a cultura global não existe como um imperativo absolutos, enquanto reconhecermos que o local não perde seu poder. Muito pelo contrário, continuam presentes e ativos, com seu espaço e presença enquanto objeto de investigação e de construção da realidade social brasileira.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6682016091

CAPÍTULO 2..... 13

DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DOS POVOS DA REGIÃO DO TAPAJÓS-ARAPIUNS – AMAZÔNIA – BRASIL

Claudio Emidio-Silva

Rita de Cassia Almeida-Silva

Maria Lucia Martins Pedrosa Marra

DOI 10.22533/at.ed.6682016092

CAPÍTULO 3..... 23

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA INDÍGENA DE RORAIMA

Catarina Janira Padilha

Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.6682016093

CAPÍTULO 4 37

A FUNÇÃO AFIRMATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COM A MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Carla Patrícia Martins Albuquerque

Paulo Roberto de Souza Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6682016094

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Adriana Maria dos Santos

Fábio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6682016095

CAPÍTULO 6..... 63

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Luclécia Cristina Moraes da Silva

Roberta Enir Faria Neves de Lima

Jefferson Aristiano Vargas

Maria Isabel Oliveira Silva

Joscival Vasconcelos Reis

Edilson Martins Melgueiro

DOI 10.22533/at.ed.6682016096

CAPÍTULO 7	77
CANÇÕES DO GRUPO RAÍZES CABOCLAS: A PRESENÇA DO LÉXICO INDÍGENA APLICADA À PEDAGOGIA DO ENSINO BÁSICO	
Karen Francis Maia	
Renato Antônio Brandão Medeiros Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6682016097	
CAPÍTULO 8	88
DESCOLONIZANDO SABERES: UM DESPERTAR COM A TERRA NO ESTUDO DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	
Aida Brandão Leal	
Rafaela Werneck Arenari	
Janaína Mariano César	
DOI 10.22533/at.ed.6682016098	
CAPÍTULO 9	97
TRABALHO CÊNICO E TEÓRICO: “IKUÃNI” O CORPO DA ANCESTRALIDADE	
Regina Cláudia Moraes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6682016099	
CAPÍTULO 10	107
AUDIOVISUAL E CULTURA INDÍGENA NOS CURTAS METRAGENS DE ADEMILSON “KIKI” CONCIANZA	
Nicolly Cardoso Tiradentes de Souza	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
DOI 10.22533/at.ed.66820160910	
CAPÍTULO 11	119
ORALIDADES, MEMÓRIAS E NARRATIVAS MĚBĚNGÔKRE: HISTÓRIAS DE UM POVO “SEM ESCRITA”	
Dilma Costa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66820160911	
CAPÍTULO 12	132
MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE JOÃO TOMÁS, REVELA-SE UM PEDAÇO DA HISTÓRIA PANKARARU E DOS ÍNDIOS NO NORDESTE	
Alberto Reani	
Josélia Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66820160912	
CAPÍTULO 13	146
O MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO LITORAL CEARENSE - RESISTÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NOS MODOS DE FAZER E CONSUMIR	
Carolinne Melo dos Santos	
Anna Erika Ferreira Lima	
Ana Cristina da Silva Moraes	

Mateus de Castro Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.66820160913

CAPÍTULO 14..... 160

INDICADORES NATURALES SOBRE LAS VARIACIONES CLIMÁTICAS QUE UTILIZAN LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA PERUANA: CASO DE CUATRO COMUNIDADES NATIVAS DE UCAYALI Y MADRE DE DIOS.

Yolanda Ramírez Villacorta

Oliverio Llanos Pajares

DOI 10.22533/at.ed.66820160914

CAPÍTULO 15..... 175

MANEJO FORESTAL DE BOSQUES COMUNALES: ESTRATEGIA PARA LA MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO EN COMUNIDADES NATIVAS AMAZÓNICAS DEL PERÚ

Yolanda Ramírez Villacorta

DOI 10.22533/at.ed.66820160915

CAPÍTULO 16..... 187

PROCESOS DE DESCOLONIZACIÓN A PARTIR DE LA “EXPERIENCIA DE LA EXTRAÑEZA” COMO UNA EPISTEMOLOGÍA CONTRAHEGEMÓNICA PARA LAS TRANSFORMACIONES GLOBALES. UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

Cornelia Giebeler

DOI 10.22533/at.ed.66820160916

CAPÍTULO 17..... 202

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Rodrigo Mesquita

Adriane Melo de Castro Menezes

DOI 10.22533/at.ed.66820160917

CAPÍTULO 18..... 218

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Adriana Tigre Lacerda Nilo

DOI 10.22533/at.ed.66820160918

CAPÍTULO 19..... 229

WARMIPANGUI: CUERPO EN DISPUTA, CONTROL Y DOMINACIÓN

Enoc Moisés Merino Santi

DOI 10.22533/at.ed.66820160919

CAPÍTULO 20..... 238

TERRITORIO ZAPATISTA Y POLÍTICA CIUDADANA

Gloria Patricia Ledesma Ríos

Nancy Zarate Castillo

DOI 10.22533/at.ed.66820160920

CAPÍTULO 21.....248

A EXPERIÊNCIA DOS ‘ESCRAVOS DE CONDIÇÃO’ NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA DO SÉCULO XVII

Antonio Martins Ramos

DOI 10.22533/at.ed.66820160921

CAPÍTULO 22.....258

INVESTIGAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL EM INDÍGENAS KARIPUNA

Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco

Divane de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.66820160922

CAPÍTULO 23.....271

PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: RESISTÊNCIAS NO PENSAMENTO-AÇÃO DE AILTON KRENAK

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro

DOI 10.22533/at.ed.66820160923

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....283

ÍNDICE REMISSIVO.....284

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 26/06/2020

Lucélia Cristina Morais da Silva

<http://lattes.cnpq.br/8112314848773362>

Roberta Enir Faria Neves de Lima

<http://lattes.cnpq.br/7558529084597936>

Jefferson Aristiano Vargas

<http://lattes.cnpq.br/6520740321166948>

Maria Isabel Oliveira Silva

<http://lattes.cnpq.br/9730771615823342>

Joscival Vasconcelos Reis

<http://lattes.cnpq.br/6462886400004422>

Edilson Martins Melgueiro

<http://lattes.cnpq.br/9961546693348876>

Todos os autores pertencem ao Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena/NEABI do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus São Gabriel da Cachoeira/AM.

RESUMO: O Campus IFAM-São Gabriel da Cachoeira apresenta uma realidade que é ao mesmo tempo multi e intercultural, pois congrega discentes de diferentes etnias, falantes de línguas próprias e oriundos de cosmologias diversas. Esses alunos aprendem a conviver com diferentes alteridades que se fundamentam em diferentes sistemas de relações e compreensões do universo social. O desafio é tornar o ambiente

escolar um local que agregue as diferentes concepções de mundo e ao mesmo tempo possibilite um intercâmbio cultural através da compreensão de que não existe um “saber local como um sistema monolítico e culturalmente delimitado”, pois, o saber é uma construção híbrida (SANTOS, 1998). A instituição de ensino está inserida na região do alto Rio Negro, maior afluente da margem esquerda do rio Amazonas, fazendo fronteira com a Colômbia e Venezuela. É uma região de ampla variedade cultural, pois, congrega 23 povos indígenas pertencentes a diferentes famílias linguísticas e, que perfazem 95% da população da região, sendo o primeiro município no Brasil a cooficializar as línguas indígenas Nheengatu, Tukano, Baniwa e Yanomami. Nesse sentido o presente trabalho apresenta a atuação do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus São Gabriel da Cachoeira no cotidiano desses estudantes, a partir de uma apresentação geral dos cursos técnicos nas modalidades: Integrados, Subsequente e Proeja. Bem como as regiões atendidas pelo Campus, que abrangem as comunidades presentes em vários afluentes do Rio Negro: Waupés, Tiquié, Papuri, Içana, Xié, entre outros municípios que compõem a região do Território Etnoeducacional Rio Negro (TEERN) que abrange, além do município de São Gabriel da Cachoeira, também os municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A criação do TEERN em 2009 é fruto da luta do movimento indígena reconhecendo e valorizando da diversidade sociocultural e linguística, da autonomia e do protagonismo desses povos conforme estabelecido na Constituição Federal.

A atuação do Campus SGC, desde 1995 na região, vem sendo pautada a partir da parceria e assessoria junto a diversas instituições locais, como a FUNAI e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) na implementação de cursos voltados à realidade da região e no acesso justo através de políticas afirmativas que preveem a reserva de vagas por cada afluente do Rio Negro.

PALAVRAS-CHAVE: IFAM; Alto Rio Negro; Interculturalidade, Processo Seletivo, Educação Diferenciada.

ABSTRACT: The IFAM-São Gabriel da Cachoeira Campus presents a reality that is both multi and intercultural, as it brings together students from different ethnic groups, speakers of their own languages and from different cosmologies. These students learn to live with different alterities that are based on different systems of relationships and understandings of the social universe. The challenge is to make the school environment a place that brings together different worldviews and, at the same time, enables a cultural exchange through the understanding that there is no “local knowledge as a monolithic and culturally delimited system”, because knowledge is a hybrid construction (SANTOS, 1998). The educational institution is located in the upper Rio Negro region, the largest tributary of the left bank of the Amazon River, bordering Colombia and Venezuela. It is a region of wide cultural variety, as it brings together 23 indigenous peoples belonging to different language families, which make up 95% of the region’s population, being the first municipality in Brazil to co-officialize the indigenous languages Nheengatu, Tukano, Baniwa and Yanomami. In this sense, this paper presents the performance of the Federal Institute of Amazonas (IFAM) - Campus São Gabriel da Cachoeira in the daily lives of these students, from a general presentation of technical courses in the following modalities: Integrated, Subsequent and Proeja. As well as the regions served by the Campus, which encompass the communities present in several tributaries of the Rio Negro: Waupés, Tiquié, Papuri, Içana, Xié, among other municipalities that make up the region of the Rio Negro Ethno-educational Territory (TEERN), which covers, in addition to municipality of São Gabriel da Cachoeira, also the municipalities of Barcelos and Santa Isabel do Rio Negro. The creation of TEERN in 2009 is the result of the struggle of the indigenous movement recognizing and valuing the socio-cultural and linguistic diversity, autonomy and protagonism of these peoples as established in the Federal Constitution. The performance of the SGC Campus, since 1995 in the region, has been guided by the partnership and advice with several local institutions, such as FUNAI and the Federation of Indigenous Organizations of Rio Negro (FOIRN) in the implementation of courses focused on the reality of the region and fair access through affirmative policies that provide for the reservation of vacancies for each tributary of the Rio Negro.

KEYWORDS: IFAM; Alto Rio Negro; Interculturality, Selection Process, Differentiated Education.

INTRODUÇÃO

A população indígena no país, segundo dados do IBGE/2010, é de 817.963, subdividida em mais de trezentas (300) etnias, que juntas são responsáveis por mais de duzentos (200) idiomas diferentes. No estado o Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, é

o município com maior população indígena do país, com um total de 29.017 (IBGE/2010).

A luta que os povos indígenas têm enfrentado nestes últimos tempos para encontrar espaços principalmente nas políticas públicas, e no que diz respeito, sobretudo, à educação tem sido contínua. Vários dispositivos normativos foram sendo criados e a implementação destes na prática é um caminho árduo.

Desta maneira, percebe-se que a educação indígena tem se caracterizado pela afirmação das identidades étnicas, além de recuperação das suas memórias, histórias e reconhecimentos das diferentes línguas e cosmologias.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

O marco que deu visibilidade e também força as causas indígenas foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Pois nela, especificamente no 2º parágrafo do artigo 210 que expressa claramente a preocupação às comunidades: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Neste processo, com a cultura indígena, valorizada, sendo a base, para leitura e compreensão de outras culturas.

Além da Carta Magna, outra normatização que veio sustentar ainda mais a educação indígena foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, a conhecida LDB, pois menciona de maneira explícita sobre a educação escolar para os povos indígena, com o direito à educação diferenciada pautada, como já mencionado anteriormente, no uso das línguas indígenas, e também da valorização dos conhecimentos e saberes de suas tradições. Os artigos 78 e 79 afirmam que é dever do Estado o oferecimento de uma educação bilíngue e intercultural para o fortalecimento das práticas sociocultural e a língua materna de cada etnia indígena, proporcionando a possibilidade de recuperação de suas memórias históricas, reafirmando deste modo, suas identidades, dando-lhes, acesso aos conhecimentos técnico-científicos.

Para que isso possa se concretizar, a LDB preconiza a articulação dos sistemas de ensino e pesquisa, que possa conter a participação das comunidades indígenas em sua formulação e desenvolvendo, inclusive, currículos específicos, incluindo conteúdos culturais de acordo com sua comunidade. Esta lei, também prevê formação de pessoal especializado para atuação nessa área e ainda confecção e elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciado.

A LDB deixa evidente que a Educação Escolar Indígena deverá ter um tratamento diferenciado das outras escolas do sistema de ensino. Outro dispositivo jurídico suma importância, que veio sustentar ainda mais as práticas pedagógicas no contexto da educação indígena é a resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Indígena na educação básica. Com o

objetivo de garantir o direito de uma educação diferenciada aos povos indígenas, através de vários dispositivos legais, convenções internacionais e seminários nacionais foi possível realizar a resolução nº 5/2012. Essas diretrizes se pautaram nos princípios de igualdade social, da diferença, da especificidade, interculturalidade e bilinguismo, fundamentos da educação escolar indígenas.

No que se refere aos princípios da educação escolar indígenas, no artigo 3º, além da recuperação de suas memórias históricas, enfatiza-se o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional tanto indígenas quanto a não indígenas. Como podemos perceber que a educação escolar indígena deve se constituir em relações interétnicas e pelo reconhecimento de várias concepções pedagógicas e afirmação dos povos indígenas. Mas o ponto mais importante da resolução nº 5, que vem garantir as instituições que tem interesse e preocupação com a causa indígena, está no artigo 11, e parágrafo 6º, em que narra que o atendimento a educação escolar indígena “deve assegurar a igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão com sucesso dos estudantes que demandam esse atendimento”.

Outra curiosidade, não menos importante, foi que esta diretriz destaca claramente a relevância de se formar docentes indígenas, dentro de suas especificidades étnicas, pontuando sua formação continuada, inserido não somente os conhecimentos tradicionais, mas também os ditos universais, deste modo, possibilitando a educação escolar indígena a patamares elevados do conhecimento técnico-científico somando ao conhecimento indígena tradicional.

Desta maneira a educação indígena ganhou visibilidade, possibilitou um grande avanço, saindo da marginalidade e se tomando forma dentro do Estado, favorecendo os povos indígenas e o processo educacional como um todo.

É com esta preocupação que o Instituto Federal do Amazonas, campus, São Gabriel da Cachoeira, vem possibilitando o maior processo seletivo diferenciado do Brasil, comprometido com a causa indígena e visando assegurar uma educação que não só respeite a diversidade cultural dos povos indígenas, mas, sobretudo comprometido com uma educação de qualidades a todos.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO IFAM-SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

As discussões sobre Educação Escolar Indígena sempre estiveram norteando as ações da Instituição de Ensino e a partir destes eventos a Direção Geral se comprometeu em balizar as ações institucionais viabilizando as adequações curriculares necessárias à adequação ao Decreto Federal nº 6.861/2009 que criou os Territórios Etnoeducacionais.

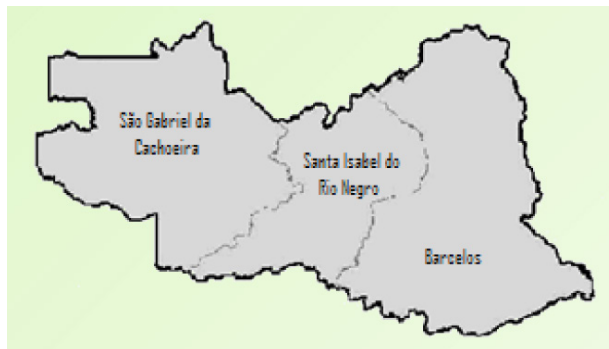


Figura 3: Municípios do TEERN.

Nesse sentido, tem-se buscado o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para as demandas das comunidades indígenas, bem como a intensificação da presença institucional do IFAM-CSGC nas terras indígenas, com o intuito de fomentar e promover o ensino voltado para as potencialidades econômicas locais.

Em 2013 as discussões sobre educação escolar indígena foram fortalecidas pela Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013 do Ministério da Educação, que instituiu o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE. Assim, em 2014 ocorreu nova pactuação entre as entidades governamentais e movimento indígena em prol de ações para o desenvolvimento do Território Etnoeducacional do Rio Negro. E em outubro de 2018 foi organizado pela FOIRN um Encontro sobre Educação Escolar Indígena no Rio Negro com intuito de realizar uma Avaliação das Ações do Território Etnoeducacional Rio Negro.

A luta dos povos indígenas do Rio Negro em prol do desenvolvimento de uma Educação Escolar de qualidade se iniciou ainda na década de 80 e desde então buscase a implementação das políticas etno-educacionais na região, visando o fortalecimento do Território Etnoeducacional do Rio Negro, criado a partir do Decreto Federal nº 6.861/2009.

Segundo Souza (2016), a ideia dos territórios etnoeducacionais (TEE) surgiu ainda na década de 1980 como marco da organização indígena no Brasil em prol de seus direitos, junto à luta dos povos indígenas do Rio Negro pela demarcação de seus territórios. Tal luta se estabeleceu como política pública no ano de 2009, através da edição do Decreto Federal nº 6.861, que instituiu a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais.

O Plano Nacional de Educação, em 1994, e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, de 1998, tem toda uma seção dedicada ao tema língua, elaborada por linguistas que trabalham com os povos e línguas indígenas; propõe, entre outros inúmeros aspectos, “uma reafirmação de suas identidades étnicas e valorização de suas línguas” (p. 33).

As leis, regulamentações, referenciais, diretrizes, pareceres, entre outros, constituem políticas linguísticas declaradas que ajudam a assegurar o status das línguas indígenas. Porém, precisam se realizadas plenamente nas práticas educativas realizadas nas escolas indígenas. Assim, o Processo Seletivo Discente Diferenciado do IFAM-CSGC se constitui como uma política de valorização, na prática, das línguas indígenas e de fortalecimento da cultura dos povos indígenas no município de São Gabriel São Gabriel da Cachoeira – AM.

A APLICAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS DIFERENCIADOS PARA ENTRADA DE NOVOS ALUNOS NO IFAM-SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Processo Seletivo Discente Diferenciado- ano letivo 2018, do Campus São Gabriel da Cachoeira foi realizado a partir de iniciativa do Departamento de Desenvolvimento Educacional em parceria com o Núcleo Gestor de Estudos Linguísticos e Antropológicos¹ (NuGLAN), que atua desde 2012, na missão de promoção das culturas e as línguas indígenas do Rio Negro.

O município de São Gabriel da Cachoeira é o terceiro município brasileiro em extensão (10.974.380 ha), possuindo cerca de 40 mil habitantes que se distribuem na sede, nos distritos onde existem os pelotões de fronteira (Pari-Cachoeira, Yauaretê, Querari, São Joaquim, Tunuí, Cucuí, Maturacá), bem como nas inúmeras comunidades espalhadas pelas calhas do Rio Negro (Rio Tiquié, Rio Uaupés, Rio Içana, Rio Xié, Rio Cauaburi, Rio Aiari, entre outros).



Figura 1: Município de São Gabriel da Cachoeira

A região municipal possui mais de 90% de suas áreas já demarcadas entre os diferentes povos indígenas que vivem na região, sendo a área urbana do município de

¹ Atual NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.

1.580 ha. O município está inserido na região do alto Rio Negro, distando cerca de mil km de Manaus e, fazendo fronteira com a Colômbia e Venezuela.

É uma região de ampla variedade cultural, pois, congrega 23 povos indígenas pertencentes diferentes famílias linguísticas e, que perfazem 95% da população, sendo o primeiro município no Brasil a cooficializar as línguas indígenas Nheengatu, Tukano, Baniwa e mais recentemente a língua Yanomami.



Figura 2: Famílias Linguísticas presentes no Município de São Gabriel da Cachoeira.

Fonte: Mapa Livro/FOIRN-ISA.

O acesso ao município de São Gabriel da Cachoeira se dá apenas por via área ou fluvial. Para chegar nas demais comunidades localizadas nas áreas rurais a dificuldade é ainda maior por conta das inúmeras cachoeiras espalhadas pelo Rio Negro e seus afluentes. Bem como a grande distância entre essas comunidades e a sede do município faz necessário uma grande logística que impede o deslocamento frequente dessas famílias até a sede.

Nesse sentido, os estudantes residentes no interior e concluintes do ensino fundamental e médio, geralmente, não conseguem participar do processo seletivo discente por conta das dificuldades de deslocamento e também pela falta de acesso à internet nos interiores. Bem como a precária comunicação nessas comunidades faz com que muitas vezes tais estudantes não tenham acesso, a tempo, ao edital do processo seletivo discente

do IFAM.

A iniciativa de realizar um PSD diferenciado surgiu a partir da necessidade de promover a oportunidade de igualdade de condições aos candidatos do interior do município a acessarem uma educação de qualidade no Campus IFAM-SGC. Bem como da necessidade de cumprir a legislação municipal de valorização das línguas indígenas faladas no município e demais legislações pertinentes à educação escolar indígena.

O PSD Diferenciado do Campus São Gabriel da Cachoeira também partiu da premissa de que a região do Rio Negro possui especificidades e particularidades que devem ser respeitadas não apenas porque tal singularidade está amparada em leis e decretos, mas sobretudo porque tais aspectos são inerentes à missão de promover a educação para o desenvolvimento do Amazonas. Pois, segundo Nery Junior (1999, p.42), o princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: “dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

A oportunidade de acesso à educação como meio de transformação social deve ser garantida a todos, independente de etnia, língua ou localização geográfica. Pois é a partir da interação de conhecimentos e valorização cultural que poderemos agir em prol da compreensão do outro e das *teias de significados* que o compõe (GEERTZ, 2008), visando a construção de múltiplos caminhos de desenvolvimento. Segundo Boaventura de Souza Santos (1998), é preciso construir uma interação dialógica entre os diversos saberes, pois o futuro está na encruzilhada dos saberes – nas constelações de conhecimentos.

Nesse sentido, o PSD diferenciado foi pensado como meio de oportunizar a integração das etnias presentes no Rio Negro, buscando um acesso igualitário aos locais de prova e valorizando as diferentes línguas indígenas presentes na região.

Assim, em 11 dezembro de 2017 foi realizado o primeiro processo seletivo discente (diferenciado), onde foram aplicadas provas nos principais escolas-polos presentes nos diferentes afluentes do Rio Negro, e regiões administrativas municipais, bem como em municípios vizinhos (Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos). Os estudantes concluintes do ensino fundamental e médio puderam realizar as inscrições no próprio local de realização das provas (uma redação dissertativa) bem como tiveram respeitado o direito de escrita em suas línguas maternas.

As principais línguas indígenas presentes no município foram utilizadas pelos candidatos durante a escrita das redações. Onde foi possível observar que as três línguas mais utilizadas foram, respectivamente, Baniwa, Tukano e Nheengatú,

Após tabulação dos dados foi possível observar que nos cursos técnicos subsequentes o total de candidatos foi de 1.818 inscritos e nos cursos técnicos integrados o total de inscritos foi de 398, conforme gráficos abaixo, totalizando um total de 2.216 candidatos inscritos no PSD diferenciado 2018. Sendo o curso técnico de Enfermagem o mais concorrido na modalidade subsequente e, o curso técnico de Administração o mais

concorrido na modalidade Integrado.

O SEGUNDO PROCESSO SELETIVO DISCENTE DIFERENCIADO – ANO LETIVO 2019

O início do planejamento do PSD diferenciado foi pensado ainda em agosto de 2018, a partir da visita do excelentíssimo Reitor Antônio Venâncio Castelo Branco ao Campus São Gabriel da Cachoeira. Na ocasião foram apresentadas as dificuldades em atender aos estudantes das longínquas áreas rurais do município. Posteriormente foram realizadas reuniões de planejamento junto ao Conselho Deliberativo do NuGLAN, formado por servidores do IFAM-CSGC e representantes das escolas municipais, estaduais, FUNAI, FOIRN, UEA, Exército, Sindicatos dos professores, entre outros representantes das instituições locais.

Nessas reuniões foram decididas as formas e critérios a serem construídos no edital do PSD diferenciado e os possíveis temas das redações. Também foram firmadas parcerias para a realização das atividades e logística necessária. Posteriormente o edital foi enviado à reitoria para apreciação, aprovação e publicação. Todas essas etapas foram prejudicadas pelo período de troca do procurador responsável por realizar tal avaliação e, por isso, apenas em outubro de 2018 obtivemos tal autorização para a publicação do edital do PSD 2019.

As provas dissertativas e de matemática foram aplicadas no dia 28 de novembro de 2018, concomitantemente em diferentes escolas do município de São Gabriel da Cachoeira, em Santa Isabel do Rio Negro e em Barcelos. As regiões administrativas do município onde foram aplicadas as provas foram: Alto Rio Negro e Xié; Alto Waupés e Papuri; Hiniáli; Marié e Cauaburi; Waupés e Tiquié; região Yanomami Maturacá e Nazaré.

LOCAIS DE APLICAÇÃO DAS PROVAS DO PSD-CSGC/2019	
SEDE/Tawa	Colégio São Gabriel; Escola Sagrada Família, Escola CETI, Escola Irmã Inês Penha.
Região Administrativa Hiniáli	Boa Vista; Assunção do Içana; Tunuí; Canadá; Coracy; São Joaquim.
Região Administrativa Alto Rio Negro e Xié	Vila Nova; Amiú; Ilha das Flores; Tabocal dos Pereira; Cucuí.
Região Administrativa Alto Waupes e Papuri	Iauaretê
Região Administrativa Baixo Waupes e Tiquié	Taracú e Pari-Cachoeira
Região Administrativa Marie e Cauaburi	São Jorge e Itapereira
Região Administrativa Yanomami	Nazaré e Maturacá

Município de Santa Isabel do Rio Negro	SIRN
Município de Barcelos	Barcelos

As vagas aos cursos técnicos integrados foram distribuídas conforme a tabela abaixo:

CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA										
CURSOS	DURAÇÃO	TURNO	AC	PcD	REGIÕES ADMINISTRATIVAS Lei municipal nº 209 de 21 de novembro de 2006					VAGAS
					HINIÁLI	ALTO RIO NEGRO E XIE	ALTO WAUPES E PAPURI	WAUPÉS E TIQUE	MARIE E CAUABURI	
Administração	3 anos	DIURNO	16	2	6	3	5	2	1	35
Informática	3 anos	DIURNO	16	2	6	3	5	2	1	35
Agropecuária	3 anos	DIURNO	16	2	6	3	5	2	1	35

As vagas aos cursos técnicos subsequentes foram distribuídas conforme a tabela abaixo:

CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA SUBSEQUENTE										
CURSOS	DURAÇÃO	TURNO	AC	PcD	REGIÕES ADMINISTRATIVAS Lei municipal nº 209 de 21 de novembro de 2006					VAGAS
					HINIÁLI	ALTO RIO NEGRO E XIE	ALTO WAUPES E PAPURI	WAUPÉS E TIQUE	MARIE E CAUABURI	
Administração	3 semestres	NOTURNO	18	2	7	4	6	2	1	40
Informática	3 semestres	NOTURNO	18	2	7	4	6	2	1	40
Secretaria Escolar	4 semestres	NOTURNO	18	2	7	4	6	2	1	40
Enfermagem	4 semestres	NOTURNO	18	2	7	4	6	2	1	40

As principais línguas indígenas presentes no município foram utilizadas pelos candidatos durante a escrita das redações (Baniwa, Tukano, Nheengatú, Yanomami), bem como foi possível observar que no alto Içana a língua mais utilizada é o Kuripako.

As correções das redações escritas em Língua portuguesa foram feitas individualmente por uma banca composta aleatoriamente por três membros distintos. Já das Línguas Indígenas, foram organizados em trio para a correção das mesmas, devido alguns fatores como a variações linguísticas das línguas indígenas, clãs e regiões onde foram realizadas as provas.

Durante o planejamento e execução do PSD 2017/2018 e 2018/2019 houve

envolvimento e apoio dos nossos parceiros locais como: FOIRN, FUNAI, SEDUC, SEMEC, Exército e outros na Logística, com recursos humanos, estruturas tanto no interior e na cidade para realização desses Processos Seletivos, pois o IFAM possui recursos financeiros e humanos limitados para realizar sozinho as atividades do PSD na extensa região do Rio Negro, com seus grandes desafios geográficos, culturais e Linguísticos.

Assim como em 2018, no processo seletivo de 2019 participaram candidatas(a) das 5 regiões administrativas do Município de São Gabriel e os candidatos dos Municípios de Santa Isabel e Barcelos.

Redações feitas em 2017/2018

As redações escrita em língua Portuguesa foram no total de **2.216** incluindo Santa Isabel e Barcelos, desses **246** redações forma escritos em 10 Línguas indígena a saber: Tukano, Desano, Tuyuka, Cubeo, Piratapuaia, Wanano (pertencentes a Família Linguística Tukano); Nheengatu (Família Linguística Tupi-Guarani); Baniwa, Tariano, Kuripako (família Linguística Aruák).

Redações feitas em 2018/2019

As redações escritas em língua Portuguesa somaram este ano no total de **3.306**, incluindo Santa Isabel e Barcelos, dessas, **360** redações forma escritos em 4 Línguas indígenas, a saber: Tukano (pertencentes a Família Linguística Tukano); Nheengatu (Família linguística Tupi-Guarani); Baniwa, Kuripako (família Linguística Aruák) e Yanomami (Família Linguística Yanomami).

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PROVAS EM LÍNGUAS INDÍGENAS

Ao comparamos com do ano passado (2018) das redações escritas em Línguas Indígenas houve um aumento, mesmo tendo o referido edital especificado a escrita das redações nas quatro línguas cooficiais do município (Nheengatu, Tukano, Baniwa e Yanomami). Observamos também que em algumas regiões administrativos, como por exemplo, Matuturacá e Nazaré, a metade das provas nas duas modalidades (integrado e subsequente) foram feitas na língua Yanomami.

Assim, como na região Administrativa Iniãli (Alto Içana - São Joaquim, Canadá e Coraci) onde houve mais provas escritas em kuripako (integrado e subsequente) do que em português. Bem como foi escrito um documento por todos da comunidade em solicitação para a cooficialização da língua kuripaco também, visto que nessa região poucos falam português. Enquanto no Baixo Içana houve mais provas escritas na língua Baniwa.

Na região administrativa Tiquié/Waupés, especificamente em Pari-Cachoeira e lawaraté muitas provas foram escritas em língua Tukano, já em Taracú houve pouca prova escrita em língua Tukano.

Na região do Rio Negro, onde a região é habitada pelos Baré, falante de nheengatu, não houve muitas provas escritas em nheengatu. Em **Santa Isabel**, apenas foi registrado

duas provas em língua indígena e **Barcelos** nenhuma prova em língua indígena.

A maior parte das provas escritas em línguas indígenas foram escritas nas provas dos cursos de modalidades subsequentes. Com esses breves dados a nossa hipótese que é que as escolas indígenas trabalham pouco o incentivo a escrita das Línguas Indígenas nos Ensinos Fundamentais. Sendo as línguas indígenas utilizadas mais entre a população adulta.

Portanto, com essa ação o IFAM/SGC está buscando operacionalizar a legislação indigenista brasileira com relação ao reconhecimento e valorização das Línguas Indígenas nos processos de inclusão ao ensino técnico e tecnológico.

Após tabulação dos dados foi possível observar que nos cursos técnicos subsequentes o total de candidatos foi de 2.579, bem maior que no ano anterior que foi de 1.818 inscritos. Nos cursos técnicos integrados o total de inscritos foi de 727, bem maior que no ano anterior que foi de 398, conforme tabelas abaixo. Totalizando um total de 3.306 candidatos inscritos no PSD 2019.1, bem maior que no ano anterior que foi um total de 2.216 candidatos inscritos no PSD 2018. Sendo o curso técnico de Enfermagem o mais concorrido na modalidade subsequente e os cursos técnicos de Administração e Informática os mais concorridos na modalidade Integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Processo Seletivo Diferenciado foi pensado tendo em vista os desafios vivenciados pela população residente no município de São Gabriel da Cachoeira. Pois se na sede já é difícil o acesso à internet, torna-se ainda mais inacessível utilizar tal ferramenta digital nos distritos e comunidades interioranas.

Em anos anteriores o Processo Seletivo convencional apenas permitia a inscrição daquelas pessoas que tivessem acesso à internet, pois era necessário cadastrar as notas do histórico escolar no sistema digital do IFAM. Assim, muitos estudantes, principalmente, residentes nos distritos e em comunidades localizadas nos diferentes afluentes do Rio Negro ficavam impedidos de participar do processo seletivo e, conseqüentemente, de acessar o ensino de qualidade oferecido pelo Instituto Federal do Amazonas.

Nesse sentido, a realização dos Processos Seletivos Diferenciados tem permitido a participação de todos os estudantes residentes no amplo território do município de São Gabriel da Cachoeira, oportunizando a realização de uma inscrição presencial em diferentes polos de aplicação de provas distribuídos na sede, distritos, comunidades mais distantes e demais municípios circunvizinhos (Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos).

Bem como sendo oportunizada a escrita da redação na língua indígena materna de cada candidato (pertencente às diferentes etnias presentes na região do Rio Negro) proporciona-se a valorização das diferentes línguas indígenas presentes na região. Os desafios de oportunizar a inclusão de diferentes estudantes a terem acesso a uma educação

de qualidade, ofertada pelo IFAM-Campus São Gabriel da Cachoeira, têm sido imensos. Pois a ampla área territorial do município impõe uma grande logística na preparação, planejamento e aplicação do Processo Seletivo Diferenciado. Mas os resultados obtidos, a partir da inclusão de estudantes de diferentes etnias e comunidades compromissados e dedicados em fazer do estudo o principal meio de transformação social, nos fazem ter a certeza de que seguimos o caminho certo e de que nenhum desafio é maior do que nossa missão de oportunizar uma educação de qualidade a todos.

REFERENCIAS

BERGAMASCHI, M. A.; SOUZA, B. Fernanda. **Territórios Etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil**. Pro-Posições | v. 26, n. 2 (77) | p. 143-161 | mai./ago. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Versão on-line. Disponível: www.senadofederal.org.br. Acesso dia 10- jan-2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n 9.394/96**. Brasília/DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília, 1993.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação. nº 3, de 10/11/99**.

CAVALCANTI, Marilda. **Estudos Sobre Educação Bilingue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil**. DELTA vol.15. São Paulo 1999. GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

CUNHA, Rodrigo Bastos. **Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil**. Educar, Curitiba, n. 32, p. 143-159, 2008. Editora UFPR.

FERNANDA B. **Territórios etnoeducacionais: contextualização de uma política de educação escolar indígena no Brasil**. Políticas Educativas, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 97-111, 2016.

FOIRN-ISA. **Povos Indígenas do alto Rio e Médio Negro. Uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. SEF, Ministério da Educação, Brasília, DF. 2006.

ISA. **Relatório da Pesquisa “Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário da Cidade de São Gabriel da Cachoeira”** Setembro de 2005, mimeo.

LIMA, Roberta Enir Faria Neves de. **Relações étnicas no alto rio Negro: Yanomami Peripo Yëi.- Os filhos do sangue da Lua**. Dissertação de Mestrado defendida em 2016. PPGSCA. UFAM.

MARTINS, E. **Sobre a Natureza, expressão formal e escopo da classificação Linguísticas entidades na concepção do mundo Baniwa**. Dissertação de Mestrado defendida em 2009 - UnB.

MELGUEIRO, Zilma Henrique. **A situação sociolingüística nas escolas indígenas Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)** / Zilma Henrique Melgueiro. – Recife: O Autor, 2012.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 5 ed. SP, 1999.

O'DWYER, E.C. **Territórios Negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas**. In: WOORTMANN. E. F. (Org). Significados da Terra. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2004.

PELLICER, Dora. **Derechos lingüísticos y supervivencia de las lenguas indígenas**. In: Herzfeld & Lastra (Orgs.). Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América. México: Universidad de Sonora, p. 1-20, 1999.

RENAULT-LESCURE, O. **“As línguas faladas pelas crianças do Rio Negro: Descontinuidade na transmissão das Línguas”**. In Franco. Heliana Brito Franco y Leal, Maria de Fátima Mendes (org.). **Crianças na Amazônia: um futuro ameaçado**. UFPA, UNICEF. Belém, 1990, p.315-24

RODRIGUES, A. D. **Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas**. In : Ciência Hoje, vol. 16, n 95. nov/1993.

SANTOS, Boaventura de S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. V.4, Coleção Globalização Alternativa – Reinventando a Emancipação Social para os novos Manifestos. Ed. Civilização Brasileira, 1998.

VEIGA, J. (Org.). **Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto da escola**. Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeia Tuxa 51

Amazônia 13, 17, 43, 44, 45, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 130, 160, 175, 218, 250, 252, 259, 269

Ancestralidade 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 113, 151, 152, 156, 157, 158

Audiovisual 99, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116

C

Comunidades Nativas 160, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Construção de Currículo 13

Criança Guarani 1

Curtas Metragens 107, 109

D

Descolonização 89

Disputa 229, 235, 243, 249, 274

E

Educação Escolar 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 21, 22, 27, 30, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 75, 76, 121, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 216, 224

Educação Intercultural 8, 14, 22, 24, 35, 63

Escolas Indígenas 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 34, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 74, 76, 92, 202

Escravidão Indígena 248

Espiritualidade 94, 141, 146, 148, 156, 158

I

Indígenas Karipuna 258

L

Léxico Indígena 77, 80, 81, 83, 85

Língua Ameaçada 12, 202

M

Memórias 10, 65, 66, 88, 89, 91, 92, 95, 102, 110, 116, 119, 132, 135, 144

O

Oralidades 119

P

Políticas 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 48, 54, 64, 65, 67, 68, 75, 89, 111, 123, 127, 129, 136, 145, 149, 163, 178, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 244, 249, 251, 253, 270, 277

Políticas de Fortalecimento 202

Práticas Inclusivas 23, 24, 29, 31, 33, 34

R

Resistências 90, 132, 144, 271




Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020